

# Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

ÓRGÃO: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS - IMA	PORTARIA Nº 005/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORE DE CONTROLE INTERNO: RITA DE CASSIA ARAÚJO SORIANO TÉCNICO DE AUDITAGEM: FÁBIO FARIAS DE ALMEIDA FILHO	

**Objetivos do trabalho:** Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
DIÁRIAS	Decreto nº 4.076/2008 e 43.794/2015 para servidor público civil que regulamenta a concessão de diárias.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a diárias liberadas.	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina o Decreto de diária?	Falta de documentos necessários; documentos sem fins fiscais, sem relatório de viagem das atividades desenvolvidas, solicitação de diárias, prestação de contas sem assinatura do chefe imediato e do ordenador de despesa. E sem data.
Estagiários	INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º AMGESP-002/2015, Estabelece critérios a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, quando da disponibilização de vagas de estágio não obrigatório, na forma que dispõe o Credenciamento nº AMGESP 002/2015, publicado no DOE de 13/03/2017.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	análise dos processos de pagamento, Controle de frequência e o relatório das atividades desenvolvidas mensalmente.	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação de contratação de estagiários?	a) descumprimento da Legislação pertinente, falta de controle de frequência, envio das informações para as faculdades dos estagiários.
Locação de Veículos	1. Decreto nº 1.989/04 que define políticas de gestão para utilização de Veículos Automotores. 2. Resolução Normativa 001/2008 estabelece critérios e procedimentos para solicitação, utilização e devolução de veículos da frota oficial.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a locação de veículos, avarias, multas, controle de entrada e saída dos veículos, abastecimento.	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente as Políticas de Gestão para utilização de Veículos Automotores ?	a) Falta de Controle dos Veículos; b) Falta de adesivos nos veículos; c) Veículos sendo guiados por servidores não autorizados; d) Veículos dormindo fora do Órgão; e) Veículos com má utilização; f) Falta de Controle na Quilometragem dos Veículos; g) IPVA em atraso; h) Veículos sem manutenção; i) Falta de controle no abastecimento; j) Veículos sem Chip para abastecimento; k) Veículos com manutenção em excesso; l) Veículos no órgão de empresa não credenciada.

# Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

ÓRGÃO: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS - IMA	PORTARIA Nº 005/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORE DE CONTROLE INTERNO: RITA DE CASSIA ARAÚJO SORIANO TÉCNICO DE AUDITAGEM: FÁBIO FARIAS DE ALMEIDA FILHO	

**Objetivos do trabalho:** Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
Material de Consumo	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a aquisição de materiais.	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina o Decreto de diária?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Passagens aereas	1. Decreto nº 1.780/04 que define a política de gestão para aquisição de passagens aéreas. 2. Decreto nº 4.136/2009 que define a política de gestão para aquisição de passagens aéreas. 3. Instrução Normativa PGF 011/2005 que estabelece procedimentos relativos aos gatos com passagem aérea.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos referente a aquisição de passagens.	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente as Políticas de Gestão para compra de Passagens Aéreas ?	a) Compra de passagens fora do prazo estabelecido; Processos sem cotações de preços; Compra de passagens fora do SGPA; Compra de passagens fora das empresas credenciadas; Falta de Controle eficiente.
Adiantamentos	Decreto nº 37.119/1997, 37.143/1997 que regulamenta a concessão de Adiantamentos para cobertura de despesas e serviços para atender urgência, emergência ou situações extraordinárias, que possam causar prejuízos ao Estado ou prejudicar o bom serviço público	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise dos processos de solicitação e prestação de contas de adiantamentos de numerários.	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina o Decreto de Adiantamento de Numerário?	a) Verificar o processo de solicitação pelo servidor da diária; b) Falta de documentos necessários; c) Documentos sem fins fiscais; d) Sem relatório de viagem e atividades realizadas; e) Não servidores recebendo diárias; f) Verificar o processo de solicitação pelo servidor do adiantamento; g) Falta de documentos necessários; h) Documentos sem fins fiscais; i) Sem constar a relação das despesas realizadas; j) Despesas que não podem ser efetuadas com adiantamentos; k) Sem atesto pelo responsável; l) Notas fiscais sem data; m) Despesa efetuada em rubrica da solicitada; n) Despesas "urgentes" sem justificativas.

# Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

ÓRGÃO: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS - IMA	PORTARIA Nº 005/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSORE DE CONTROLE INTERNO: RITA DE CASSIA ARAÚJO SORIANO TÉCNICO DE AUDITAGEM: FÁBIO FARIAS DE ALMEIDA FILHO	ASSESSOR

**Objetivos do trabalho:** Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
Outros serviços Pessoa jurídica	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas, d) sem contrato de prestação de serviços
Outros serviços pessoa física	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas, d) sem contrato de prestação de serviços
Obras e Instalações	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Equipamentos e Material Permanente	Lei 4.320/1964, Lei 8.666/93, Instruções Normativas da AMGESP de aquisição de material de Consumo.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado.	Análise de documentos e processos de pagamentos	RITA/FÁBIO	O Órgão obedece atentamente ao que determina a legislação pertinente?	a) sem cotações de preços; b) sem consulta a ata de Registro de preços a AMGESP, c) Fracionamento, d) sem Licitação, favorecimento a empresas.
Convênios	Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o Decreto no 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências; instrução normativa - tcu nº 71, de 28 de novembro de 2012; instrução normativa nº 6, de 27 de julho de 2012; decreto nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011; decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011 e decreto nº 7.594, de 31 de outubro de 2011.	Processos, siafem/extrator/Portal da Transparência do Estado, Plano de Trabalho, Termo de Convênio,	a) Análise documental; b) Conciliação de extratos bancários e documentos financeiros; c) Plano de Trabalho; d) Processos de despesas; d) Contratações.	RITA/FÁBIO	O Órgão observa o cumprimento das disposições legais com recursos de convênios?	a) Divergência da execução orçamentária com as disposições legais pertinentes; b) Incompatibilidade das despesas com os programas e projetos específicos; ) Programação de recursos orçamentários super estimada para a execução dos programas; d) Gastos superiores aos limites estabelecidos no plano de trabalho do convênio; Despesas empenhadas em fontes de recursos ou natureza de despesas classificadas incorretamente; ) Existência de conta bancária fora do sistema financeiro oficial; ) Inconsistência das transações bancárias em relação aos pagamentos efetuados;

# Matriz de Planejamento de Auditoria

Revisão:

00

ÓRGÃO: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS - IMA	PORTARIA Nº 005/2018 - DOE 28/02/2018	
	PERÍODO AUDITADO: 2015/2016/2017	
	DATA: 02/03/2018	
	ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO: RITA DE CASSIA ARAÚJO SORIANO TÉCNICO DE AUDITAGEM: FÁBIO FARIAS DE ALMEIDA FILHO	

**Objetivos do trabalho:** Avaliar os atos de gestão sob a ótica dos Princípios da Administração Pública.

Questões de auditoria[1]	Informações requeridas[2]	Fontes de informação[3]	Procedimentos de análise de dados[4]	Membro responsável[5]	Limitações[6]	Possíveis achados[7]
Gestão de Pessoas	Diário Oficial; Internet; Acervo do órgão; Folha de pagamento; Constituição Federal e Estadual; Informações dos responsáveis pelo setor de pessoal.	Diário Oficial; Internet; Acervo do órgão; Folha de pagamento; SIAFEM; Constituição Federal e Estadual; Informações dos responsáveis pelo setor de pessoal.	Pastas Funcionais, BA, contratos, convenios e processos de pagamento.	RITA/FÁBIO	O gerenciamento dos recursos humanos, a admissão de servidores e terceiros e a concessão de benefícios ocorre de acordo com as normas legais?	a) Concessão de vantagens indevidas; b) Não cumprimento da jornada de trabalho integral; c) Desvio de função; d) Ausência de democratização nas oportunidades de treinamento oferecidas; e) Ausência de uma política de RH que contribua para a valorização do servidor; f) Descumprimento da escala de férias; g) Inobservância quanto às normas legais de segurança e higiene no trabalho; h) Ausência de sindicância para apurar possíveis ilícitos praticados; i) Acumulação indevida de cargos; j) Afastamento ilegal de servidores;

[1] Apresentar, em forma de perguntas, os diferentes aspectos que compõem o escopo da fiscalização e que devem ser investigados com vistas à satisfação do objetivo.

[2] Identificar as informações necessárias para responder a questão de auditoria.

[3] Identificar as fontes de cada item de informação requerida da coluna anterior. Estas fontes estão relacionadas com as técnicas empregadas.

[4] Ferramentas e técnicas que serão utilizadas para análise dos dados coletados.

[5] Pessoa(s) da equipe encarregada(s) da execução de cada procedimento.

[6] Obstáculos que podem impedir a adequada realização do procedimento de auditoria e, conseqüente, evidencição do achado.

[7] Esclarecer precisamente que conclusões ou resultados podem ser alcançados.